

## **EM BUSCA DE SUJEITOS ORDINÁRIOS: TRAMPOLINAGEM E LENTIDÃO NA METRÓPOLE LABIRÍNTICA**

**Felipe Taumaturgo Rodrigues de Azevedo**

Doutorando em Geografia (PUC-Rio)

felipetaumaturgo2@hotmail.com

### **Resumo**

Este trabalho valoriza o homem comum. Sujeitos que percebem nos interstícios da vida de todo dia uma real possibilidade de transformação da sua realidade insuportável. Aqui, se reconhece a clausura do caos da globalização neoliberal como elemento imprescindível para o alastramento da crise urbana. Reclusão que mais parece um labirinto. A metrópole labiríntica se desenvolve abjeta à apropriação pelos mais pobres, que buscam as mais diversas táticas para sua transgressão. No labirinto, para além da sua fuga, é preciso conhecê-lo. Também é preciso pensar para além da sua forma. É possível fugir e necessário repensar a sua estrutura. Garantir novos contornos para a cidade que estejam mais próximos do reino da liberdade, de uma produção do espaço totalmente outra.

**Palavras chave:** cotidiano, ação, táticas, epistemologia, espaço

### **IN SEARCH OF ORDINARY SUBJECTS: TRAMPOLINING AND LENGTH IN THE LABYRINTH METROPOLIS**

### **Abstract**

This work values the common man. Subjects who perceive in the interstices of everyday life a real possibility of transforming their unbearable reality. Here, the chaos of neoliberal globalization is recognized as an essential element for the spread of the urban crisis. Solitude that looks more like a maze. The labyrinthine metropolis develops abject to appropriation by the poorest, who seek the most diverse tactics for their transgression. In the labyrinth, beyond its escape, it is necessary to know it. You also need to think beyond your form. It is possible to escape and need to rethink its structure. Ensure new contours for the city that are closer to the realm of freedom, a totally different space production.

**Keywords:** everyday, action, tactics, epistemology, space

### **Introdução**

Aqui se pretende uma crítica da vida cotidiana em seu sentido mais genuíno. Partimos de uma leitura que preserva o potencial construtivo da contradição, e a partir disso, pressupõe o cotidiano enquanto circunstância estruturante para a dominação e a alienação, mas também condição favorável para a criação de instrumentos de subversão e insurgência. Caminhos opostos, mas estreitos, que

em linhas borgeanas se entrecruzam e bifurcam quase que na mesma intensidade. Poderíamos começar de maneira mais costumeira no que tange à cotidianidade, abordando a análise marxista sobre a alienação, ao entendermos que a repetitividade se descreve como um grande espaço para a produção alienadora. Seja a partir da exploração do trabalho e sua inerente busca por excedente de capital ou, dialogando com Guy Debord (2017), por meio da máquina (pública e privada) de propaganda que fabrica, compra e vende o *espetáculo* - talvez o produto mais bem acabado do capitalismo no tempo presente -. Por outro lado, também na escala do cotidiano, se percebe pequenas ranhuras, por vezes alargadas, que se transformam em resquícios de esperança à medida que a práxis de homens e mulheres também é transformada, e a consciência, até então individual, é ampliada à escala universal. Nesse sentido, nos termos de Agnes Heller (2014), a particularidade é elevada à genericidade<sup>1</sup>. Elevação que pode ser estimulada por diferentes fatores, mas o que queremos enaltecer é a ação que é encorajada pela necessidade de o sujeito continuar existindo.

Há uma formidável dilatação da escala do “eu”, vicissitude que deve ser acompanhada e valorizada também pela produção do conhecimento. E se sabe que a teoria crítica desfruta dos mais diversos dispositivos teórico-metodológicos para a análise dessa discussão, embora na maioria das vezes parta de sentidos mais próximos ao arranjo da vida no âmbito da política, dos movimentos sociais, da organização de trabalhadores, da interpretação sobre novas perspectivas democráticas ou de maneira mais específica, da própria discussão sobre o direito à cidade. Essa leitura é extremamente relevante e com certeza faz parte de nossa estrutura argumentativa, mas que necessita de certos avanços e inter-relações. Talvez essa seja a grande dificuldade dos autores que se propõem a pensar a narrativa da luta política e dos movimentos sociais no período atual.

Como aprofundar essa análise para além dos movimentos? A partir de quais recursos teóricos seria possível estipular uma análise da realidade urbana que abrangesse certa perspectiva que não dependesse de um ser genérico alinhado necessariamente a um partido político, a um grupo que reivindica a melhoria da mobilidade urbana ou a movimentos populares de luta pela moradia? A socióloga

---

<sup>1</sup> Nos aprofundaremos mais nessa discussão no primeiro tópico deste trabalho.

Ana Clara Torres Ribeiro (2005) apresenta atalhos promissores para a resolução dessas questões e a abertura de outras. Enquanto perspectiva de método propõe uma leitura da vida urbana que busca o sentido da ação de homens e mulheres comuns e reconhece a escala do gesto, os gestos-fio, linhas resistentes que simbolizam a ligação entre o que há de mais rico no que a autora conclama *microconjuntura*. E é por essa via que encaminharemos nossas reflexões.

Temos como objetivo principal imaginar outras práticas que sirvam de mecanismos eficientes para a realização da vida dos sujeitos subalternos da vida cotidiana na metrópole, desprezados por uma perspectiva de produção do espaço urbano amparada pelos direcionamentos da razão neoliberal, desmandos impiedosos de uma ordem hegemônica que tem operado em escala global.

Este artigo se segmenta em três partes principais: a primeira pretende um balanço sobre a noção de cotidiano e quais as suas contrariedades que giram em torno da captura da realidade urbana pelos ordenamentos dominantes, mas apontam também para possíveis apropriações desobedientes pelos sujeitos mais pobres da metrópole e o deslocamento de uma ordem particular para uma ordem genérica, como proposto por Agnes Heller (2014); a segunda discute possibilidades criativas de pensar o urbano e sua conformação, dialogando a tríade *materialização, substrução e projeção* de Alvaro Ferreira (2017), com a produção da cidade *labiríntica, fugaz e fortuita* de Daniel Hiernaux (2006). Associação imprescindível para a construção dos argumentos que ousamos propor; a terceira apresenta um aprofundamento acerca das táticas e ações realizadas por homens e mulheres comuns da cidade que busquem alternativas para sua própria condição de subalternidade. Metodologias criativas para fugir da cidade labiríntica. É nesse momento que chamamos atenção para as semelhanças entre o *homem lento* de Milton Santos, e o *homem ordinário* de Michel de Certeau, além de trazer a abordagem de Ana Clara Torres Ribeiro (2005) e suas contribuições metodológicas para a produção de uma episteme que valoriza os detalhes e gestos pequenos como indícios de uma outra perspectiva da realidade urbana.

## **Notas sobre um cotidiano insuportável**

“A vida cotidiana é a vida de *todo* homem”. Assim Agnes Heller começa o capítulo *A estrutura da vida cotidiana* do livro *O cotidiano e a história* (2014). Na afirmação, Heller quer dizer que para o homem é impossível fugir inteiramente da cotidianidade, mas não só. Se o desligamento do cotidiano é impensável e a assimilação do sujeito pela cotidianidade é quase total, também é impraticável viver tão somente nela. Parece contraditório, e às vistas das influências teórico-metodológicas<sup>2</sup> da autora, é mesmo para ser. A filósofa quer alcançar uma interpretação da vida cotidiana que exponha a riqueza de suas próprias negações. Talvez essa seja a chave para o entendimento da vida de todo dia que paira por quase todas as bibliografias escolhidas para esse trabalho: a valorização da contradição enquanto caminho analítico.

A realidade ambígua sobre as alternativas do cotidiano também é lembrada por José de Souza Martins na obra *A sociabilidade do homem simples* (2008), onde o autor promove um aprofundamento interessante sobre a vida cotidiana e sua competência enquanto dimensão da criação de um outro tempo possível. Para o sociólogo, é preciso construir uma renovação crítica das ciências sociais, e nessa perspectiva viabilizar uma outra escuta das vozes do senso comum como uma possibilidade “reinventiva” razoável, abandonando a concepção vulgar de um senso comum sem sentido e mero solo fértil da imobilização e das repetições rotineiras.

Para que caminhos insurgentes sejam traçados na vida cotidiana, para além da busca pela significação do senso comum e sua radicalização pelos cientistas sociais, como proposto por Martins (2008), é preciso promover um enfoque historicamente contextualizado. O que seria uma posição interessante para construção de um caráter imaginativo e promissor de utopias reais. Heller (2014) destaca que muitas vezes o cotidiano é visto como dimensão afastada da história, ponto de vista rechaçado pela filósofa húngara, já que para ela “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social.” (HELLER, 2014, p. 34).

Na crise societária de nosso tempo, o capital financeiro se qualifica como principal mediação das relações sociais. Amparado por uma racionalidade técnica,

---

<sup>2</sup>Agnes Heller foi orientada por Georg Lukács e uma das maiores difusoras de sua obra.

se compreende um processo consensual de maximização dos lucros e das trocas de mercadorias, lógica cada vez mais invasiva à vida cotidiana, que acaba por absorver e espalhar um caráter economicista e individualista aos sujeitos sociais (RIBEIRO, 2005). A “mercadificação espetacularizada” se dilata a todo o terreno da vida cotidiana. Inclusive ao contexto urbano. Espaço mais leal à potencialização da lógica de excedente do capital no tempo presente. Na interpretação de Ribeiro (2005), a produção de novos espaços de consumo, intermediados pela instrumentalização da velocidade técnica, convergem para a edificação de uma nova ordem econômica, que é também urbana. Nesse bojo, a necessidade econômica não desaparece, pelo contrário, ela é capturada por diversas outras necessidades, mas a que falamos aqui se dá principalmente pelo que Henri Lefebvre (2013) intitulou como direito à produção do espaço. Discute-se a possibilidade concreta de planejar e organizar o espaço da cidade, ações quase sempre manipuladas pelo Estado e pela classe dominante na forma de tecnocracia.

Henri Lefebvre (1991) chama atenção para a urgência do reconhecimento dos limites da sociedade atual, que são os limites capitalistas. Aqui não se fala dos limites da produção de excedente de capital, essa que se transforma, mas nunca tem seus lucros limitados. Lefebvre quer repudiar o que chama de *economismo*, perfeita caracterização para a constituição da sociedade na época atual. Nessa conjuntura, o filósofo francês destaca, com tom de crítica esperançosa, algumas táticas e estratégias para pensar a crise urbana e todas as outras crises permanentes que assolam a vida cotidiana. Enaltecendo a necessária utopia pela transformação da condição atual das coisas. Uma subversão concreta de um cotidiano que, para Heller (2011), é insuportável e demanda a construção de uma outra realidade possível. Encaminhamos nossas próximas reflexões tendo as palavras de Henri Lefebvre como inspiração:

Onde vai essa sociedade com suas modificações, cujo caráter pouco profundo contrasta com a pretensão à mudança perpétua que passa por essencial no ‘espírito do moderno’? Nem ela sabe. Talvez procure a fuga para a frente, de olhos fechados, às apalpadelas, no túnel, à noite, esperando encontrar a saída do labirinto, se não ficasse patinando no mesmo lugar. Mas não, não se trata apenas de patinar: trata-se da autodestruição no próprio lugar em que se encontra. (1991, p. 91)

## **Para pensar a metrópole labiríntica: entre a materialização, a substrução e a projeção**

Nas aberturas propostas por Henri Lefebvre (1991) para análise e resolução da crise urbana e societária do período atual, o autor utiliza de algumas metáforas, e nos chama atenção a busca pela *saída do labirinto*, o que nos causou uma arrasadora inquietude. Não lhes parece minimamente interessante perceber a cidade capitalista como um labirinto? Observe sua complexidade: o caráter específico de cada caminho, ainda que em um primeiro momento pareça o mesmo caminho anterior, os perigos, os muros... Embora não seja uma leitura convencional, faz sentido se apoiar nessa perspectiva para lançar mão de nossas reflexões nesse momento.

O geógrafo Daniel Hiernaux, no texto *Repensar a cidade: a dimensão ontológica do urbano* (2006) também se vale do uso metafórico do labirinto para refletir sobre outras problemáticas da vida urbana. Hiernaux critica algumas abordagens sobre o urbano muito mais preocupadas em promover novas denominações para as transformações da dinâmica da cidade do que uma leitura verdadeiramente ontológica do urbano.

Na concepção do autor, um aprofundamento mais sólido sobre o urbano só se torna possível mediante a transcendência de quatro linhas disciplinares historicamente preponderantes nos estudos urbanos: a demografia, o urbanismo, a economia e a cultura. A dinâmica atual da cidade não pode se suportar apenas comportada a esses quatro parâmetros conceituais. Deve-se estabelecer um tracejo interpretativo que valorize o urbano dentro de toda a sua complexidade, o que demandaria certo abandono às fronteiras epistemológicas que giram em torno de aspectos populacionais, urbanísticos, econômicos e culturais. Deve-se empreender uma análise que aponte para além de limites conceituais e simples nomenclaturas.

Daniel Hiernaux (2006) é criativo ao construir sua compreensão sobre as transformações do urbano no período atual. O geógrafo estipula três metáforas elementares para preencher o seu arcabouço teórico sobre a vida na cidade: o

labiríntico, o fugaz e o fortuito. É o labirinto que desperta a maior parte de nosso interesse, embora reconheçamos que seria impossível construir nossa leitura sem compreender sua imbricação com os outros elementos propostos pelo autor, que diferencia cada um desses pressupostos teóricos e começa pelo labiríntico.

A figura do labirinto, historicamente, foi representada como um espaço dotado de especificidades complexas, apesar do caráter óbvio reconhecido pelo geógrafo. Obviedade que reside simplesmente na estrutura morfológica de um terreno que é murado, trançado e que tem como semântica fundamental a procura por interstícios que representem possibilidades concretas para o seu abandono. Sendo assim, retornaremos ao labirinto de forma mais contundente em páginas posteriores.

O fugaz é visto por Hiernaux como uma substância tirana. Etimologicamente, um elemento de caráter fugaz remete à velocidade, a um tempo efêmero, fluido. É nessa perspectiva que o autor posiciona sua análise sobre a cidade. Diferentemente de um período histórico em que a vida cotidiana se realizava majoritariamente no espaço rural, naturalmente mais vagaroso, hoje é o urbano que vai receber os impulsos globais de forma mais intensa. Intensidade no formato de aceleração.

Na cidade, prefere-se a velocidade e a mudança à duração e à permanência, comprovando a instabilidade da residência, a mudança de trabalho, a seleção de atividades lúdicas, assim como a instabilidade da família. A exacerbação da tendência ao fugaz foi amplamente demonstrada pelos sociólogos urbanos, que evidenciam como se tem manifestado a redução da fidelidade a uma residência, a um lugar de compras, às relações sociais, e como se criaram gêneros de vida cada vez mais efêmeros (HIERNAUX, 2006, p. 202).

A efemeridade do fugaz se apoia no advento auspicioso da tecnologia presente na razão técnica e do desenvolvimento de práticas que se realizam principalmente por meio do reino da informação e da publicidade, viabilizando o espraiamento dessa lógica de forma planetária, mesmo que alcançada de maneira desigual entre os lugares, já que apresentam volume variável no seu conteúdo. Discussão convergente ao que Milton Santos (1996) caracteriza como *densidade técnica*.

A *densidade técnica* habitaria no entendimento do grau de intensidade que os objetos podem ser manipulados pela racionalidade dominante e quais instrumentos

poderiam representar a diferença de seu uso, desde o caráter mais primitivo até o seu amadurecimento. Para ilustrar essa reflexão, Milton Santos compara uma área natural, jamais tocada, com o centro de negócios de uma grande cidade (na visão de Milton, um objeto claramente mais maduro). Obviamente, o segundo apresentaria uma condição de eficácia muito mais evidente do que a natureza selvagem, esclarecendo a sobreposição de determinados objetos em relação a outros.

Por último, Daniel Hiernaux assinala o fortuito como outro argumento possível para uma compreensão radical do urbano. O fortuito é complexo, se associa à velocidade do fugaz e apreende as incertezas do labiríntico, mas ao mesmo tempo porta das próprias especificidades. Para o autor, o fortuito sobrevive no inesperado que pode ser encontrado a qualquer esquina. O fortuito se estabelece pela incomensurável profusão de possibilidades que a cidade abriga.

Não há lugar a dúvidas que o fortuito representa uma riqueza inesgotável das cidades. É uma das principais fontes que seguem sendo atrativas para muitos, mesmo tendo outras facetas que são dificilmente suportáveis. O fortuito oferece uma qualidade extraordinária à vida urbana, a transforma num sempre recomeçar, apesar dos inegáveis elementos rotineiros, que comportam a vida cotidiana (HIERNAUX, 2006, p. 203).

Talvez seja o fortuito o campo mais propenso à criatividade para derrubar as barricadas de uma cidade labiríntica, ou atravessá-las. É no fortuito que os instrumentos de dominação da vida cotidiana podem ser transformados em pequenas brechas que possibilitam a ação, por vezes espontânea, de subversão dos ordenamentos hegemônicos.

Pudemos reconhecer interpretações mais distantes das vistas tradicionais sobre a cidade a partir das proposições de Daniel Hiernaux (2006), o que nos parece enriquecedor e necessário para o período atual. Como já dito, a significação do labiríntico se destaca enquanto metáfora basilar para o cabedal analítico que ousamos construir aqui. Nesse sentido se cabe questionar: como dialogar com o sentido dessa metáfora para uma percepção mais próxima do real? Quais motivos se destacam para que se consiga pensar em um Rio de Janeiro labiríntico? E principalmente, quais as táticas e estratégias encontradas pelos sujeitos da metrópole para fugir desse labirinto?

Enquanto pequeno ensaio de método utilizaremos outras possibilidades analíticas para produzir uma base conceitual minimamente robusta para essas reflexões. Pensar no Rio de Janeiro enquanto uma metrópole labiríntica carece de um rigor analítico dotado de atenção e capaz de estabelecer relações não muito distantes do real.

Seria fundamental lançar mão da discussão proposta por Alvaro Ferreira no texto *Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência: materialização, substrução e projeção* (2017), no qual o geógrafo constrói um arcabouço teórico para compreensão do real apoiado em uma leitura que abrange o que pode ser capturado pelos sentidos e se risca pelo percebido, que é a *materialização*, mas que não existe sem um fundamento anterior, uma substância que alicerça a realização dos fenômenos urbanos, essência que o autor conclama *substrução*, e por fim apresenta a *projeção*, eixo que se relaciona ao que é projetável, idealizado para o futuro, sem esquecer as estruturas de poder presentes nesses projetos. Vale lembrar que as três dimensões se encontram em permanente movimento e esclarecem processos que não se esgotam em apenas uma parte da tríade.

A materialização conserva o que há de mais escorregadio em qualquer tentativa de compreensão da vida cotidiana no espaço urbano, já que se relaciona ao espaço produzido. A partir dessa leitura é possível “complexificar” a nossa perspectiva metodológica e analisar a estrutura atual das relações sociais que estão em constantes tensões na cidade. Pode-se perceber quais os limites da apropriação do espaço urbano por determinados grupos sociais e o que demarca esse sentido finito de apropriação, o que está totalmente relacionado às intencionalidades e o poder de dominação exercido pelo Estado e pela classe dominante. Voltando à nossa metáfora, aqui se captura a fisionomia, a forma do labirinto.

Mas o que dá sustentação à forma do labirinto? Para fugir do labirinto é preciso refletir sobre o que o ampara, sobre o que está escondido nos seus próprios caminhos. É nesse bojo que a substrução ganha luminosidade nas reflexões propostas por Ferreira (2017). Se na materialização o que está ao alcance dos olhos é colocado à centralidade, na substrução deve-se preocupar com o que não pode estar exatamente exposto aos sentidos. Essa dimensão se

caracteriza por uma investigação contínua do que está por trás, busca o cerne estrutural do estado atual das coisas.

Segundo Alvaro Ferreira (2017), na substrução as representações ganham importância ainda maior. Os jogos de poder, as associações espúrias entre o público e o privado, as forças ocultas... Essa dimensão deixa exposta as condições de usurpação que o capital financeiro e imobiliário se apoiam para promover seus interesses na cidade e escancaram as relações sociais desiguais que permeiam o espaço urbano carioca. Na metrópole labiríntica é impensável acreditar que sua produção se apoie em condições palpáveis ao toque de sujeitos subalternos. A substrução seria uma maneira de buscar o que está interdito, distante do alcance, mas que necessariamente deve vir à tona. Procura apresentar indícios de transformação do que era impensável para uma realidade possível, viabilizada por meio de projetos.

Daqui para a frente discutimos a *projeção*, dimensão preocupada com a criação de contingências futuras, mas tendo o retorno ao passado e a valorização do presente como perspectivas analíticas fundamentais. Se clarificam as tensões e os conflitos entre diferentes projetos de uso da cidade. Segundo Ferreira (2017), na projeção não se pode levar em consideração apenas os projetos revolucionários dos movimentos sociais urbanos, qualificando o espaço mediante apropriação. Estes devem ser colocados em contraposição às ações da razão instrumental, essa que projeta uma produção do espaço alienadora e distante da garantia de direitos para os grupos sociais excluídos.

A partir da *projeção* encontramos elementos cruciais para desenrolar os argumentos que almejamos propor nas próximas páginas desse trabalho. Compreendemos que a metrópole do tempo presente se caracteriza enquanto um espaço fugaz e fortuito, mas principalmente labiríntico. A partir da materialização dos fenômenos que animam a vida urbana, esses amparados por um substrato que preserva os jogos escusos de poder e nos esclarecem quais as causas para essa configuração atual, mas também apontam projetos futuros, revolucionários ou não, de transformação ou manutenção do arranjo contemporâneo.

São os projetos que nos seduzem como base conceitual para os rumos dessa discussão. Ainda que na abordagem de Álvaro Ferreira (2017) se reconheça a

projeção como um campo de forças onde os projetos futuros são contrapostos, nos debruçaremos exclusivamente aos projetos revolucionários. Mas não falamos de projetos revolucionários nos moldes das grandes revoluções do século XX. Aqui se escreve sobre uma revolução que não abandona a escala do gesto, o pequeno detalhe, a microconjuntura. O projeto revolucionário do tempo presente deve estar amarrado à novas práticas revolucionárias, à valorização da ação minúscula e espontânea, mas também a transformações efetivas no que diz respeito à produção do conhecimento e ao reconhecimento de uma perspectiva verdadeiramente democrática para a cidade.

### **Para fugir do labirinto: fazer com trampolins e tempos lentos**

É preciso reconhecer que a solução para a fuga do labirinto não está em sua destruição completa. A crise urbana que se alastra por todo o planeta indica que hoje essa estratégia seria um verdadeiro “tiro no pé”. Ainda que se concorde que a construção de um outro projeto de cidade seja urgente, inicialmente precisamos garantir que alguns sujeitos tenham acesso a direitos básicos para sobrevivência na cidade. Afinal, sem sujeito revolucionário não há revolução. Por isso nesse momento iremos analisar algumas táticas que tornam a existência de sujeitos subalternos na cidade uma realidade. Como exposto na dedicatória do livro *A invenção do cotidiano: artes do fazer*, de Michel de Certeau (2014):

Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável. Invocando, no limiar de meus relatos, o ausente que lhes dá princípio e necessidade, interrogo-me sobre o desejo cujo objeto impossível ele representa. A este oráculo que se confunde com o rumor da história, o que é que pedimos para nos fazer crer ou autorizar-nos a dizer quando lhe dedicamos a escrita que outrora se oferecia em homenagem aos deuses ou às musas inspiradoras? (p. 55)

É a ação desse herói comum que valorizamos aqui. O homem imerso em uma cultura ordinária é o sujeito revolucionário do tempo presente. Só esse homem, inebriado pela repetitividade e pelo cansaço cotidiano, tem noção verdadeira de onde o “calo aperta” e quais são as táticas necessárias para atenuar os efeitos da

sua realidade insuportável. Esse fato torna a sagacidade o instrumento de luta mais próspero para a sobrevivência desse sujeito no espaço urbano.

Ordinário, o homem também é tático, nunca estratégico. Na leitura de Certeau (2014), as estratégias estão muito mais próximas de uma racionalidade que distancia o querer do poder, o campo da cidade, os clientes dos concorrentes. Diferenciação que procura estipular uma caracterização própria aos interesses do que o autor chama de *lugar*, mas que denota a exterioridade e impossibilidade de apropriação desse lugar pelo *outro*. A estratégia simboliza a reafirmação de um lugar *próprio* para si, inapropriado à existência do outro.

Enquanto isso, as táticas se demonstram naturalmente opostas às estratégias. Se o lugar estratégico revela um bloqueio à exterioridade, à impossibilidade de ocupação pelo diferente, as táticas também precisam de um lugar próprio para sua realização. Como não existe um lugar próprio às táticas, elas se cumprem no lugar próprio das estratégias. Na casa do adversário, no quintal do vizinho que envenena os gatos. Se antes uma apropriação impossível, agora uma apropriação necessária. Dentro do território inimigo o sujeito tático precisa ser esguio e instintivo, aproveitar cada oportunidade, esperar o inesperado, fazer valer o sentido de uma cidade que é fortuita.

Já que se sabe que a tática é astúcia, é a “arte do fraco” (CERTEAU, 2014, p. 95), é imprescindível fazer um esforço para torná-la o mais próximo possível do real. Uma busca pela realidade para retornar à teoria. Quando falamos de táticas, pensamos principalmente nas ações de sujeitos que necessitam de uma perspicácia voluntariosa para driblar os percalços da cidade labiríntica.

Antes de expormos o que consideramos como exemplos próximos das táticas é preciso reconhecer que além do homem ordinário, outras possibilidades de leitura podem se encaixar nessa discussão. O *homem lento* de Milton Santos (1996), o *sujeito corporificado* de Ana Clara Torres Ribeiro, o *homem simples* de José de Souza Martins (2008) e o *homem-genérico* de Agnes Heller (2011) sem dúvidas compartilham dos mesmos dilemas percebidos na interpretação proposta por Michel de Certeau. Embora reconheçamos os traços semelhantes entre esse complexo de sujeitos, por reconhecer as táticas e os movimentos na cidade

enquanto essência fundamental, além de abrir possibilidades de inserções a respeito do tempo, o homem lento recebe maior atenção de nossas reflexões.

Com base nas proposições de Fernand Braudel a respeito do método historiográfico, Milton Santos (1996) se apoia nos argumentos do historiador francês sobre a distinção entre *tempo de curta duração* e *tempo de longa duração*, a fim de imaginar necessários avanços da perspectiva do tempo na Geografia do período atual. Santos sempre demonstrou grande preocupação com a construção de uma ciência geográfica com sensibilidade histórica e que tivesse na dimensão do tempo alguns dos instrumentos indispensáveis para a produção de um enfoque necessariamente mais abrangente em relação ao espaço.

Na interpretação de Santos (1996) sobre essas reflexões de Braudel, em linhas bem gerais, o *tempo curto* se aproxima de marcos conjunturais, enquanto o *tempo longo* é demarcado pelas estruturas. Na preocupação interdisciplinar de Milton Santos, o autor destaca que essa leitura ultrapassou as fronteiras da análise histórica e penetrou o campo das ciências sociais de maneira generalizada, inclusive a Geografia. O que, como em qualquer outra compreensão analítica, requer reavaliações teóricas. Às vezes promovendo inquietações.

A aflição de Santos (1996) a respeito da apropriação completa das observações de Braudel, sem novas ponderações, mora nas transformações da dinâmica das ações que devem ser postas em análise nas disciplinas que têm no espaço a sua principal fonte de ferramentas epistemológicas. O que Milton quer dizer é que quando se trata de uma análise espacial e são inseridos elementos relativos a eventos concomitantes, simultâneos, a abordagem de Braudel pode se tornar ainda mais rica e adequada às disciplinas territoriais se com ela for expresso outro par teórico: o *tempo rápido* e o *tempo lento*.

Em um período marcado por uma subtração da força do Estado, pela ascensão exponencial da tecnologia enquanto matéria prima indispensável do bojo industrial e por um protagonismo cada vez maior das empresas, das instituições financeiras e das organizações supranacionais na regulação da vida cotidiana, faz muito sentido pensar a temporalidade pelo caminho da velocidade. Os eventos do período atual são síncronos, coexistentes. Nos obrigam a questionar quem detém essa aceleração, a partir de quais condições e mecanismos. Ao passo que também

nos submete a um inevitável e generoso olhar para a lentidão e a força das suas respostas imediatas à rapidez. Enfoque que preferimos adotar aqui. Em nossa perspectiva de método valorizamos a lentidão e nos dedicamos à ela. Se na interpretação de Braudel o tempo de curta duração espelha linhas relativas à conjuntura e o tempo longo remete a questões estruturais, tentamos refletir a despeito de quais desses marcos poderíamos reservar ao tempo lento. Chega-se à conclusão de que nem a estrutura e nem a conjuntura. A lentidão preserva indícios de ação que moram no reino da necessidade, resquícios de uma sobrevivência insurgente. Capaz de fazer emergir no cerne da lentidão a sua personagem principal: o homem lento.

Essa brecha é determinante para um retorno à valorização da escala do gesto, ao ato pequeno, sendo esse o raio de ação do homem lento. Em diálogo à leitura dos marcos temporais de Braudel e inspirado nas linhas de Ana Clara Torres Ribeiro (2005), se falamos do detalhe, do diminuto, compreendemos o tempo lento como traço essencial de uma *microconjuntura*. Ribeiro discute em uma série de textos a importância da construção de uma outra episteme para alcançar um reconhecimento conceitual de sujeitos até então invisíveis aos olhares da teoria social. A perspectiva da socióloga nos parece um elo fundamental entre as duas abordagens anteriormente expostas. O homem ordinário de Michel de Certeau e o homem lento de Milton Santos são sujeitos fundamentais da sociologia proposta pela autora.

A metrópole labiríntica é o lar do homem lento, habitat natural do homem ordinário. Mesmo que preterido das principais “regalias” da cidade, é ela que apresenta os recursos imprescindíveis para a realização de sua vida. Funciona como o *lugar próprio* da estratégia determinado por Certeau (2014), que, transformado em *lugar próprio* das táticas pelos golpes sábios do homem ordinário e do homem lento, se torna solo fértil da *trampolinagem* e da *trapaçaria* criativa que abrem fissuras no cotidiano acelerado da cidade capitalista. Acerca dos conceitos de trampolinagem e trapaçaria Michel de Certeau (2014) assinala:

O que aí se chama sabedoria, define-se como *trampolinagem*, palavra que um jogo de palavras associa à acrobacia do saltimbanco e à sua arte de saltar no trampolim, e como *trapaçaria*, astúcia e esperteza no modo de utilizar ou de driblar os termos dos contratos sociais. Mil maneiras de *jogar/desfazer*

*o jogo do outro*, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que “fazer com” (p. 74).

Enaltecer o “fazer com” parece uma reafirmação do arcabouço teórico que se propõe nesse texto. Essa perspectiva associa a ação conjunta com a força do lugar, valorizando o *papel da proximidade* como definido por Santos (1996). Há uma potencialização das relações de cooperação e ajuda mútua entre os sujeitos mais pobres da cidade. Verdadeira reação imediata às ações verticais do período de pungência da globalização neoliberal, que descaracteriza não só a figura de um Estado provedor de direitos sociais, mas que também busca reorganizar ao seu modo a configuração atual de realização da vida urbana, inclusive a ação dos ativismos urbanos e transeuntes da cidade.

A trapaçaria e a trapaçaria podem ser percebidas nos momentos mais espontâneos do cotidiano da cidade labiríntica. Reiteramos que o que está posto aqui não é um ativismo ou movimento social, mas uma maneira de existir resistindo ou simplesmente de reunir possibilidades de contorno à subalternidade, mesmo que às vezes a partir de ações mais distantes das normas e leis que regem a racionalidade dominante. Aqui, os gestos pequenos retornam impetuosos. Saltar no trampolim é um gesto, driblar o marcador também. Para Ana Clara Torres Ribeiro (2005), outros gestos emergem dessa concepção: os *gestos-fio*<sup>3</sup>, amarrações do tecido social que interligam o lugar à solidariedade, conformando a estrutura necessária para a realização da ação social. Apresenta-se, nesse momento, alguns episódios<sup>4</sup> do que se interpreta pertinente como saltos no trampolim, jogadas trapaceiras postas ao jogo do cotidiano e gestos que conservem a interação horizontal da vida coletiva:

---

<sup>3</sup> Esses só são colocados à investigação por meio de uma ruptura quase que total com o arquétipo de produção do conhecimento que só confia na instrumentalização teórica do que é grande, pertencente às metanarrativas. Nada contra refletir a respeito das contradições do sistema econômico e sobre a produção de um espaço desigual da cidade, por exemplo. Inclusive acreditamos nesse tipo de averiguação e utilizamos certas perspectivas de método. Mas por que não se aprofundar também nos valores sociais e de horizontalidade imbricados aos sujeitos que degustam da escassez como prato quente? Por que não repensar o foco da interpretação, reconhecendo a “plenitude do Outro”? (RIBEIRO, 2005, p. 415)

<sup>4</sup> Todos os acontecimentos elencados foram presenciados pelo autor.

- a) pense em um grande festival de música, com várias horas de duração, realizado em um dia ensolarado, mas com previsão de chuva fina para o final do dia, em horário próximo ao o que a principal atração do evento sobe ao palco. Do lado de fora, ainda durante o dia, vendedores ambulantes comercializam capas de chuva a cinco reais e pouquíssimas pessoas compram, já que a meteorologia indicou chuva fina. Como de praxe, mais perto da madrugada os portões são abertos para que o público comece a se retirar, mesmo com a última atração no palco. Nesse mesmo momento, contrariando o prognóstico, chove torrencialmente. Os ambulantes se aproveitam dos portões abertos e da forte chuva para aumentar o preço das capas para trinta reais.
- b) a empresa que cuida da segurança do metrô do Rio de Janeiro apresenta, recorrentemente, casos de perseguição e violência aos vendedores ambulantes e artistas que atuam no transporte público. Hoje, o segundo é amparado por uma lei estadual que garante sua atuação, mas nem sempre foi assim. O primeiro não. Um vendedor ambulante começa a divulgar os produtos que comercializa e logo na estação seguinte um pequeno número de seguranças entra no metrô. Com a ajuda de alguns clientes do transporte público o ambulante consegue esconder sua mercadoria e passa ileso pela fiscalização dos seguranças.
- c) os integrantes de um projeto de moradia popular no Rio de Janeiro precisam estar presentes na Secretaria de Fazenda do município para dar continuidade ao processo jurídico que lhes garantirá moradia digna na cidade. As filas para atendimento são gigantescas e boa parte dos participantes do projeto trabalham, o que tornaria sua espera inviável. Uma senhora, dona de casa aposentada, com maior tempo livre, vai à Secretaria de Fazenda e guarda lugar na fila para que os outros integrantes do projeto sejam atendidos sem precisar perder um dia de labuta.
- d) naturalmente, um vendedor ambulante precisa da autorização do motorista de ônibus para conseguir comercializar seus produtos. Já que não paga

passagem, precisa entrar pela porta de trás<sup>5</sup>. Há a permissão para sua entrada no ônibus e a primeira ação do ambulante é retribuir o consentimento do motorista oferecendo alguns de seus produtos gratuitamente para o condutor.

Na maioria dos exemplos ficou perceptível<sup>6</sup> a associação das ações táticas com os gestos-fio. A solidariedade, o amparo e o reconhecimento da existência do Outro são princípios fundamentais da transformação de uma razão instrumental, tecnocrática e vertical, essenciais para a perenização da ordem neoliberal, em possibilidades reais de produção de outra tessitura do social. Essa mais próxima de um urbano realizável e horizontal. Todas as ocasiões representam conjecturas que viabilizam contornos ao cotidiano insuportável e alienado proposto por Heller (2011), dribles nos caminhos confusos e perigosos da cidade do tempo presente, transformando a clausura do labirinto em um espaço mais horizontal e acessível. São indícios de uma outra possibilidade de cidade, que as ciências sociais, mesmo em tempos de individualismo crescente, preconceito e exclusão, deve priorizar o enfoque para cunhar esperanças do novo tempo possível clamado por José de Souza Martins (2008) e da *democracia de alta intensidade* proposta por Boaventura de Souza Santos (2007).

### Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes do fazer**, Petrópolis, Vozes, 10ª ed, 2014.

FERREIRA, Alvaro. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência: materialização, substrução e projeção. In: FERREIRA, A, RUA, J, MATTOS, R. C. de (Orgs.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

HELLER, Agner. **O cotidiano e a história**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 10ª ed, 2014.

---

<sup>5</sup> A maioria dos ônibus da região metropolitana do Rio de Janeiro tem sua entrada pela porta da frente.

<sup>6</sup> Também é possível perceber que nem sempre as ações de desvio da realidade cotidiana se acomodam perfeitamente em um regimento legislativo. Quando se experimenta a ausência, por vezes o conteúdo da ação demanda certa transgressão de leis e normas para construir recursos de subsistência. Santos (1996) escreve que “a ação é subordinada às normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia.” (p. 78)

LEFEBVRE, Henri. **Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire**. In: *Le Monde Diplomatique*. Paris, Nº 3, février, p. 21- 23, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Ana. Clara. Torres. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

RIBEIRO, Ana. Clara. Torres. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Volume 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. 1ª ed, São Paulo: Boitempo, 2007.